

Ata Avulsa do Conselho Administrativo

Aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois na sala de reuniões do gabinete da Diretora, reuniu o Conselho Administrativo do Agrupamento de Escola Secundária Madeira Torres, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um - Escolha do procedimento concursal, destinado à aquisição de componentes informáticos.

Ponto dois – Análise e votação das peças do procedimento.

Ponto três – Escolha do fornecedor a enviar convite.

Ponto quatro – Outros Assuntos

Dando início à reunião e verificando-se estarem presentes todos os elementos do conselho, a presidente deu a conhecer a necessidade de aquisição de componentes informáticos para o trabalho dos alunos nas aulas da componente técnica dos cursos profissionais de informática a funcionar no agrupamento.

O levantamento do material necessário foi, previamente, elaborado pelo diretor do curso Profissional de Programador de Informática, Professor Pedro Crispim e encontra-se discriminado na tabela seguinte:

Mapa de Quantidades

Com identificação das necessidades e Preços máximos a pagar

Descrição produtos necessários (ou equivalentes)	Quantidade de Itens
Motherboard Micro-ATX MSI B560M PRO	16
Processador Intel Core i3-10105 4-Core 3.7GHz c/ Turbo 4.4GHz 6MB Skt1200	16
Caixa UNYKA CAIXA MICRO ATX GAMING C21 TEMPERED GLASS WHITE	16
Fonte CoolerMaster 650W V650 V2 FULL MODULAR 80+GOLD WHITE	16
Memória Kingston Fury Beast 16GB (2x8GB) DDR4-2666MHz 1R CL16 Preta	16
Armazenamento M.2 SSD M.2 2280 Western Digital Black SN750 500GB 3D NAND NVMe	16
Monitor Asus VZ239HE-W 23" LED IPS FullHD Branco	16
Rato Microsoft Basic Optical Rato 800DPI Preto	16
Teclado Microsoft Wired Keyboard 600 (PT)	16

Continuando, a Presidente referiu que atento o valor previsto para a aquisição em causa, neste ano de 2022, (artigos n.º 16º a 22º e 36º a 38º do Código dos Contratos Públicos) ser inferior a 10.000,00 €, de acordo com o n.º 1 do artº1º, o n.º 2 do artº2 e o artº 3 do decreto-lei nº 107/2012 de 18 de maio fica dispensado o pedido de parecer prévio à AMA (Agência para a Modernização Administrativa).

O procedimento a adotar é o Ajuste Direto, nos termos e para os efeitos dos artigos 112º e seguintes do CCP. A Presidente deste Conselho referiu que a despesa tem cabimento orçamental, fundamentando-se a sua escolha nos termos do disposto nos artigos 16.º n.º 1 alínea a); 17n.º 1 e 7 e no art.º 20 n.º 1 alínea d) – valor inferior a 20.000,00€, todos do CCP. Fundamentando-se esta aquisição na necessidade de aquisição de componentes informáticos para o trabalho dos alunos nas aulas da componente técnica dos cursos profissionais de informática a funcionar no agrupamento e de que este não dispõe (Art.º 36 e 38 CPP).

Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos foram colocados à disposição de todos os elementos do conselho as peças do procedimento a que se atribuiu o n.º 6/AEMT/2022 (caderno de encargo e convite) previamente elaboradas, para serem analisadas e discutidas. Após a análise e efetuadas as devidas correções foram aprovados por unanimidade as peças procedimentais que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante.

Relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos procedeu-se à análise das informações do diretor do curso Profissional de Programador de Informática, [REDACTED], que analisou os preços atualizados do mercado, referindo que a entidade EDNI, Empresa Distribuidora de Material de Informática, Lda, é a que reúne as melhores condições para responder a todas as especificações exigidas para todos os bens a adquirir e cuja aquisição se pretende.

Assim, e face ao referido decidiu-se, por unanimidade, que se enviaria convite apenas a uma entidade (art.º 112, n.º 2 do CCP) a EDNI, Empresa Distribuidora de Material de Informática, Lda.

Relativamente ao fornecedor escolhido, Edni - Empresa Distribuidora de Material de Informática, Lda o conselho Administrativo realçou que é uma empresa com quem a escola já trabalhou e que apresentou sempre capacidade e disponibilidade para fornecer com qualidade todos os bens necessários para o “trabalho dos alunos dos cursos profissionais da área de Informática” e que sempre garantiu a entrega atempada e rápida dos mesmos, em anteriores situações.

Acresce que a empresa não está impedida de ser convidada, pois no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores não ultrapassou o limite previsto no CCP (art.º 113 n.º 2 do CCP).

A adjudicação dos produtos a adquirir não será efetuada por lotes, estando dispensada a sua fundamentação nos termos do previsto no art.º 46-A n.º 2, até porque se revela urgente a sua aquisição e a gestão de um único contrato se revela mais eficiente para a entidade adjudicante.

O preço base nos termos do n.º 47.º do CCP será de **9.241,92 €**, preço aferido com base nos preços atualizados do mercado, na análise do mercado pelo diretor do curso Profissional de Programador de Informática.

Nos outros assuntos, a presidente do conselho, colocou à votação dos demais elementos a atribuição da necessária legitimidade para o Subdiretor, proceder ao, lançamento e acompanhamento de todo o procedimento através de meio eletrónico concursospublicos@madeiratorres.com (Art.º 115.º n.º 4 do CCP). Foi aprovada por unanimidade a atribuição acima referida.

Mais, foi decidido que, cumprindo-se o disposto no art.º 94º do CCP (na alteração que foi efetuada pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de Dezembro) o contrato não será reduzido a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte de papel, valendo como documento contratual as cláusulas jurídicas constantes do caderno de encargos (95º, n.º 3 do CCP).

Antes do encerramento da reunião, a presidente apresentou a proposta de designação da Assistente Técnica Responsável pelos cursos Profissionais como Gestor do Contrato (Art.º 290-A do CCP). A proposta que foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, para que conste, lavra-se a presente ata que depois de lida e rubricada, vai ser assinada.

Torres Vedras, 07 de fevereiro de 2022

[REDACTED]